Apostila Professor Auxiliar Intérprete Educacional

INDICE GERAL

- 1. Introdução ao Cargo: Perfil e Atribuições
- 2. Fundamentos da Educação Inclusiva
- 3. A LIBRAS como Língua de Instrução
- 4. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Lei nº 13.146/2015
- 5. A Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005
- 6. O Papel do Intérprete Educacional
- 7. Ética e Conduta Profissional no Ambiente Escolar
- 8. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU)
- 9. Portaria nº 122/2016 SME/PMF
- 10. Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2016)
- 11. Princípios da Educação Bilíngue para Surdos
- 12. Relações Étnico-Raciais e Identidades na Educação
- 13. Transversalidade, Interdisciplinaridade e Tecnologias
- 14. Temas Contemporâneos Transversais e Acessibilidade
- 15. Noções Básicas de LIBRAS (Vocabulário e Gramática Visual)

Capítulo 1 – Introdução ao Cargo: Perfil e Atribuições

O Professor Auxiliar Intérprete Educacional atua diretamente no processo de mediação comunicacional entre estudantes surdos, surdocegos ou com deficiência auditiva e a comunidade escolar. Seu papel é essencial na garantia do direito à educação inclusiva, à acessibilidade linguística e à plena participação do aluno em todas as atividades escolares.

Atribuições Principais:

- Interpretar, em LIBRAS e na modalidade oral da Língua Portuguesa, todas as interações didático-pedagógicas em sala de aula.
- Mediar a comunicação entre estudantes com surdez e seus colegas, professores e demais membros da escola.
- Contribuir para a autonomia do estudante, sem substituir a função do docente ou assumir o protagonismo da atividade pedagógica.
- Dominar tanto a LIBRAS quanto a Língua Portuguesa, oral e escrita, para garantir a eficácia da mediação.

Perfil Profissional:

- Ético, sensível à diversidade, comprometido com a inclusão.
- Capaz de atuar de forma colaborativa com a equipe pedagógica.
- Possui formação específica ou capacitação em interpretação educacional e LIBRAS.

■ Capítulo 2 – Fundamentos da Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva é um paradigma que assegura o direito de todas as pessoas à aprendizagem, participação e permanência na escola. No Brasil, está sustentada por diversos marcos legais e por princípios pedagógicos voltados ao reconhecimento da diversidade.

Princípios Fundamentais:

Acolhimento das diferenças como parte da condição humana.

- Oferta de recursos e estratégias pedagógicas que respeitem as especificidades de cada estudante.
- Construção de ambientes acessíveis, inclusivos e participativos.

Legislação Base:

- Constituição Federal (1988) Art. 205 e 208.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (Lei nº 9.394/1996).
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).
- Lei Brasileira de Inclusão LBI (Lei nº 13.146/2015).

Inclusão de Estudantes Surdos:

- Garantia do direito à Libras como primeira língua.
- Presença de profissionais capacitados (intérpretes, instrutores de Libras).
- Formação continuada dos professores para atendimento à diversidade linguística e cultural.

Capítulo 3 – A LIBRAS como Língua de Instrução

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a primeira língua da comunidade surda no Brasil, reconhecida oficialmente pela **Lei nº 10.436/2002** e regulamentada pelo **Decreto nº 5.626/2005**. Ela não é apenas um meio de comunicação, mas um direito linguístico dos surdos e instrumento fundamental de acesso à educação.

Características da LIBRAS:

- É uma língua natural, com estrutura própria, gramática e sintaxe distintas do português.
- Baseia-se na modalidade visuoespacial.
- Envolve expressões faciais, uso do espaço e configuração de mãos.

LIBRAS como Instrumento Pedagógico:

- Deve ser usada como língua de instrução nos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos.
- Professores e intérpretes devem respeitar as especificidades linguísticas da comunidade surda.
- O uso da LIBRAS valoriza a identidade surda e promove inclusão de fato.

Desafios no Contexto Escolar:

- Falta de formação dos profissionais da educação.
- Barreiras atitudinais e linguísticas.
- Necessidade de materiais didáticos acessíveis em LIBRAS.

Capítulo 4 – A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece diretrizes fundamentais para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades das pessoas com deficiência.

Princípios Fundamentais:

- Igualdade de oportunidades
- Respeito às diferenças
- Acessibilidade plena
- Participação social e autonomia individual

Educação e Inclusão:

- A escola deve promover acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência.
- É vedada a cobrança de taxas adicionais de qualquer natureza em instituições de ensino para a matrícula ou permanência de alunos com deficiência.

 A LBI exige a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, incluindo o uso de recursos de acessibilidade, como a presença de intérpretes de Libras.

Implicações para o cargo:

- O(a) Professor(a) Auxiliar Intérprete deve compreender e aplicar os princípios da LBI em sua prática.
- Precisa colaborar com a escola na superação de barreiras linguísticas, comunicacionais e atitudinais.
- É corresponsável pela efetivação do direito à educação inclusiva.

Capítulo 5 – A Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005

A Lei nº 10.436/2002 reconhece oficialmente a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas. O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta essa lei, traz importantes orientações sobre o uso e o ensino da LIBRAS no sistema educacional.

Lei nº 10.436/2002:

- Reconhece a LIBRAS como uma língua autônoma.
- Determina que o poder público apoie o uso e difusão da Libras em todos os espaços sociais.

Decreto nº 5.626/2005:

- Estabelece a obrigatoriedade do ensino da LIBRAS na formação de professores.
- Garante o direito de atendimento em Libras nas instituições de ensino.
- Define os papéis do intérprete de Libras, instrutor surdo e professor bilíngue.

Competências do Intérprete:

• Traduzir e interpretar fielmente o conteúdo das aulas, atividades e interações.

- Manter a fidelidade e ética profissional, respeitando o conteúdo, o tempo e o contexto das falas.
- Não interferir na condução pedagógica, mas ser agente de apoio à comunicação.

Capítulo 6 – O Papel do Intérprete Educacional

O intérprete educacional é um profissional de extrema importância no processo de inclusão de alunos surdos e surdocegos. Atua como **ponte comunicativa** entre a comunidade surda e ouvinte dentro do espaço escolar.

Funções Específicas:

- Traduzir conteúdos didáticos e interações cotidianas da sala de aula.
- Mediar situações comunicativas extracurriculares (reuniões, eventos, saídas pedagógicas).
- Adaptar estratégias linguísticas conforme o nível de fluência dos alunos.

Limites da Atuação:

- O intérprete não é professor substituto.
- Não assume a responsabilidade pelo conteúdo pedagógico, mas garante que ele seja acessível.
- Deve manter imparcialidade e evitar influenciar decisões do estudante.

Qualificações Esperadas:

- Formação específica ou curso de capacitação em LIBRAS.
- Fluência comprovada na Língua Brasileira de Sinais e na Língua Portuguesa.
- Conhecimento sobre os aspectos pedagógicos da atuação educacional inclusiva.

Capítulo 7 − Ética e Conduta Profissional no Ambiente Escolar

O trabalho do(a) intérprete educacional envolve responsabilidade ética, especialmente por atuar como mediador da linguagem em ambientes formais e de formação.

Princípios Éticos Fundamentais:

- **Fidelidade ao conteúdo** transmitido, sem alterar, omitir ou interpretar além do necessário.
- Confidencialidade sobre informações acadêmicas e pessoais compartilhadas no contexto escolar.
- Imparcialidade ao mediar conversas entre aluno surdo e demais integrantes da escola.
- **Postura colaborativa e respeitosa**, em conformidade com o código de ética dos profissionais de tradução e interpretação de Libras.

Em Situações Concretas:

- Deve manter discrição nas reuniões pedagógicas e eventos escolares.
- Jamais interferir nos resultados de avaliações, decisões de orientação pedagógica ou nas respostas dos alunos.
- Adotar uma **postura profissional mesmo em ambientes informais**, reconhecendo sua função como técnica.

Capítulo 8 − A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU)

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, ratificada no Brasil com status de emenda constitucional (Decreto nº 6.949/2009), representa um marco global na garantia de direitos humanos das pessoas com deficiência.

Princípios da Convenção:

- Autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas.
- Não discriminação.
- Participação plena e efetiva na sociedade.

Acessibilidade e igualdade de oportunidades.

Direito à Educação:

- Assegura que pessoas com deficiência tenham acesso à educação inclusiva e de qualidade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- Exige a **presença de profissionais qualificados**, como intérpretes de Libras, para garantir o acesso efetivo ao currículo.

Implicações para o Intérprete Educacional:

- Deve conhecer os princípios da Convenção e agir em conformidade com eles.
- Atuar como agente de apoio à realização dos direitos da pessoa com deficiência, especialmente no ambiente educacional.

Capítulo 9 – Portaria nº 122/2016 – SME/PMF

A **Portaria nº 122/2016** da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis trata da organização e do funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e dos serviços de apoio à inclusão.

Diretrizes da Portaria:

- Determina a atuação de profissionais como intérprete educacional, instrutor de Libras, professor bilíngue e professor da sala multimeios.
- Estabelece os **espaços e horários** de atuação desses profissionais, garantindo sua presença nas salas comuns e/ou salas de recursos.
- Define o papel do(a) intérprete como **facilitador da comunicação** entre os alunos com deficiência auditiva/surdez e a comunidade escolar.

Pontos Importantes:

• O trabalho do intérprete deve ocorrer durante todo o período letivo, acompanhando o estudante em todas as disciplinas e atividades escolares.

- Deve haver planejamento conjunto com o professor regente e com os profissionais de AEE.
- A atuação está vinculada à perspectiva da Educação Inclusiva e Bilíngue, com valorização da Libras como primeira língua do estudante surdo.

Capítulo 7 – Ética e Conduta Profissional no Ambiente Escolar

O trabalho do(a) intérprete educacional envolve responsabilidade ética, especialmente por atuar como mediador da linguagem em ambientes formais e de formação.

Princípios Éticos Fundamentais:

- Fidelidade ao conteúdo transmitido, sem alterar, omitir ou interpretar além do necessário.
- Confidencialidade sobre informações acadêmicas e pessoais compartilhadas no contexto escolar.
- Imparcialidade ao mediar conversas entre aluno surdo e demais integrantes da escola.
- Postura colaborativa e respeitosa, em conformidade com o código de ética dos profissionais de tradução e interpretação de Libras.

Em Situações Concretas:

- Deve manter discrição nas reuniões pedagógicas e eventos escolares.
- Jamais interferir nos resultados de avaliações, decisões de orientação pedagógica ou nas respostas dos alunos.
- Adotar uma postura profissional mesmo em ambientes informais, reconhecendo sua função como técnica.

Capítulo 8 − A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU)

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, ratificada no Brasil com status de emenda constitucional (Decreto nº 6.949/2009), representa um marco global na garantia de direitos humanos das pessoas com deficiência.

Princípios da Convenção:

- Autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas.
- Não discriminação.
- Participação plena e efetiva na sociedade.
- Acessibilidade e igualdade de oportunidades.

Direito à Educação:

- Assegura que pessoas com deficiência tenham acesso à educação inclusiva e de qualidade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- Exige a **presença de profissionais qualificados**, como intérpretes de Libras, para garantir o acesso efetivo ao currículo.

Implicações para o Intérprete Educacional:

- Deve conhecer os princípios da Convenção e agir em conformidade com eles.
- Atuar como agente de apoio à realização dos direitos da pessoa com deficiência, especialmente no ambiente educacional.

Capítulo 9 − Portaria nº 122/2016 − SME/PMF

A **Portaria nº 122/2016** da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis trata da organização e do funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e dos serviços de apoio à inclusão.

Diretrizes da Portaria:

- Determina a atuação de profissionais como intérprete educacional, instrutor de Libras, professor bilíngue e professor da sala multimeios.
- Estabelece os **espaços e horários** de atuação desses profissionais, garantindo sua presença nas salas comuns e/ou salas de recursos.
- Define o papel do(a) intérprete como facilitador da comunicação entre os alunos com deficiência auditiva/surdez e a comunidade escolar.

Pontos Importantes:

- O trabalho do intérprete **deve ocorrer durante todo o período letivo**, acompanhando o estudante em todas as disciplinas e atividades escolares.
- Deve haver planejamento conjunto com o professor regente e com os profissionais de AEE.
- A atuação está vinculada à perspectiva da Educação Inclusiva e Bilíngue, com valorização da Libras como primeira língua do estudante surdo.

Capítulo 13 – Transversalidade, Interdisciplinaridadee Tecnologias

A atuação do Professor Auxiliar Intérprete também se insere em um currículo que valoriza práticas **transversais**, **interdisciplinares** e **mediadas por tecnologias**, conforme as diretrizes da BNCC e da Proposta Curricular de Florianópolis.

Transversalidade:

- Refere-se à inserção de temas contemporâneos (meio ambiente, ética, pluralidade cultural, saúde, direitos humanos) em todas as áreas do conhecimento.
- O intérprete deve estar ciente desses temas para apoiar discussões acessíveis e inclusivas.

Interdisciplinaridade:

- Integra saberes de diferentes áreas para tratar um mesmo objeto de estudo.
- Exige planejamento coletivo, o que demanda que o intérprete compreenda as conexões entre os conteúdos para interpretar adequadamente.

Tecnologias na Educação:

- Tecnologias digitais devem promover a acessibilidade, como o uso de vídeos em Libras, aplicativos de apoio e ambientes virtuais com suporte visual.
- O intérprete pode mediar o uso dessas ferramentas com foco no estudante surdo, orientando e adaptando a comunicação digital.

■ Capítulo 14 – Temas Contemporâneos Transversais e Acessibilidade

Os **Temas Contemporâneos Transversais (TCTs)** são indicados pela BNCC como dimensões fundamentais da formação cidadã e crítica dos estudantes. O intérprete educacional precisa estar sensibilizado e preparado para garantir a acessibilidade nesses campos.

Temas contemplados:

- Educação em Direitos Humanos
- Educação Ambiental
- Educação para o Consumo
- Educação para o Trânsito
- Educação Fiscal
- Saúde, Sexualidade, Gênero, Prevenção à Violência
- Cultura da Paz e Diversidade

Relação com a Atuação do Intérprete:

- Mediar falas e atividades sobre esses temas com precisão, respeitando vocabulário técnico e sensível.
- Atuar com postura inclusiva, anticapacitista, antirracista e antidiscriminatória.
- Apoiar o estudante surdo em projetos integradores, garantindo acesso ao conteúdo e espaço de participação.

Capítulo 15 – Noções Básicas de LIBRAS (Vocabulário e Gramática Visual)

Embora o(a) Professor(a) Auxiliar Intérprete deva ter formação específica em LIBRAS, é essencial revisar aspectos técnicos da língua para fins de concurso e prática profissional.

Características Linguísticas da LIBRAS:

- Língua visuoespacial, com gramática própria (diferente da Língua Portuguesa).
- Usa configuração de mãos, movimentos, expressões faciais e uso do espaço tridimensional.
- É estruturada por parâmetros: configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação e expressão não manual.

Vocabulário Básico:

- Alfabeto manual
- Cumprimentos (Olá, Bom dia, Tudo bem)
- Termos escolares (Professor, Aluno, Lição, Prova, Sala de Aula)
- Sentimentos (Feliz, Triste, Nervoso)
- Ações (Escrever, Ler, Estudar, Assistir)

Gramática Visual:

- Ordem básica: Sujeito Objeto Verbo
- Marcação facial para perguntas e afirmações
- Uso do espaço para representar pessoas, lugares e tempo
- Classificadores e expressões idiomáticas visuais

ABAIXO AS PROVAS SIMULADAS

Simulado 1 – Professor Auxiliar Intérprete Educacional

- 1. A principal função do Professor Auxiliar Intérprete Educacional é:
- a) Assumir o papel do professor regente

- b) Produzir materiais pedagógicos acessíveis
- c) Mediar a comunicação entre estudante surdo e a comunidade escolar
- d) Corrigir provas e atividades escolares
- **2.** Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), é direito da pessoa com deficiência:
- a) Ser atendida em escolas especiais apenas
- b) Ter matrícula negada em caso de necessidade de apoio
- c) Ter acesso à educação inclusiva com os recursos de acessibilidade adequados
- d) Participar somente de atividades extracurriculares
- **3.** De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, o intérprete educacional deve:
- a) Elaborar o conteúdo pedagógico
- b) Atuar como professor substituto
- c) Traduzir e interpretar de forma fiel e ética
- d) Avaliar o desempenho dos alunos surdos
- 4. A LIBRAS é reconhecida oficialmente como:
- a) Um dialeto regional
- b) Um código universal
- c) Uma língua natural com estrutura própria
- d) Um recurso terapêutico
- 5. É uma das características da LIBRAS:
- a) Uso exclusivo da fala
- b) Base na modalidade escrita
- c) Estrutura baseada em gestos aleatórios
- d) Língua de modalidade visuoespacial
- 6. A Portaria nº 122/2016 da SME/PMF estabelece:
- a) O ensino obrigatório de Libras em todas as disciplinas
- b) A atuação de intérpretes apenas em eventos externos
- c) A presença de profissionais de apoio à inclusão em sala de aula
- d) A exclusão da Libras da proposta curricular
- **7.** A Proposta Curricular da Rede Municipal de Florianópolis defende:
- a) Ensino técnico e tradicional
- b) Fragmentação disciplinar
- c) Acessibilidade e diversidade como princípios estruturantes
- d) Ensino voltado à padronização
- **8.** A atuação do intérprete deve garantir:
- a) Substituição da função docente
- b) Participação passiva nas aulas
- c) Foco exclusivo nas disciplinas de linguagens
- d) Acesso à informação e comunicação para o estudante surdo
- 9. O intérprete deve manter sigilo sobre:
- a) A metodologia do professor

- b) As opiniões dos colegas
- c) As informações dos alunos e contextos escolares
- d) A agenda da direção
- **10.** Na educação bilíngue para surdos, considera-se LIBRAS como:
- a) Língua estrangeira
- b) Segunda língua
- c) Primeira língua
- d) Suporte complementar
- **11.** Os cinco parâmetros da LIBRAS incluem:
- a) Tom, velocidade, entonação, vocabulário e voz
- b) Cor, brilho, ritmo, melodia e altura
- c) Configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação e expressão não manual
- d) Texto, contexto, lógica, coesão e coerência
- 12. A Lei nº 10.436/2002 reconhece a LIBRAS como:
- a) Um recurso terapêutico auxiliar
- b) Um conjunto de sinais internacionais
- c) Meio legal de comunicação e expressão
- d) Instrumento de alfabetização restrito
- 13. A atuação do intérprete educacional exige:
- a) Neutralidade, fidelidade e ética
- b) Participação crítica nas decisões pedagógicas
- c) Tradução livre e interpretativa
- d) Redação dos relatórios escolares
- **14.** Um dos princípios da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é:
- a) Uniformidade das práticas pedagógicas
- b) Autonomia individual
- c) Separação em classes especiais
- d) Limitação do acesso às tecnologias
- **15.** É uma prática que favorece a inclusão:
- a) Isolamento do aluno surdo para aulas específicas
- b) Tradução simultânea com adaptação cultural
- c) Segregação curricular por deficiência
- d) Eliminação dos recursos visuais
- **16.** O intérprete pode atuar em:
- a) Apenas nas aulas de Libras
- b) Atividades extracurriculares, reuniões e eventos escolares
- c) Ambientes de recreação, exclusivamente
- d) Espaços administrativos internos

- 17. A atuação interdisciplinar exige que o intérprete:
- a) Conheça apenas a disciplina de Libras
- b) Interprete conteúdos de forma neutra e descontextualizada
- c) Tenha compreensão geral dos conteúdos para melhor mediação
- d) Exclua-se de reuniões pedagógicas
- **18.** Transversalidade no currículo significa:
- a) Tratamento isolado de temas
- b) Integração dos conteúdos com temas sociais relevantes
- c) Repetição temática em diferentes disciplinas
- d) Foco exclusivo em português e matemática
- 19. Um exemplo de barreira atitudinal enfrentada por intérpretes é:
- a) Falta de dicionários de Libras
- b) Desvalorização do seu papel no processo educativo
- c) Ausência de salas multimídia
- d) Falta de equipamentos de som
- **20.** O intérprete deve adaptar sua atuação conforme:
- a) O material didático
- b) As condições da escola
- c) O nível de fluência e necessidades do estudante
- d) As ordens da coordenação

GABARITO:

1-C 2-C 3-C 4-C 5-D 6-C 7-C 8-D 9-C 10-C 11-C 12-C 13-A 14-B 15-B 16-B 17-C 18-B 19-B 20-C

- 1. A atuação do intérprete educacional deve respeitar:
- a) A hierarquia da equipe gestora
- b) O protagonismo docente na condução da aula
- c) O sigilo sobre o planejamento pedagógico
- d) A adaptação livre dos conteúdos
- 2. A Proposta Curricular de Florianópolis considera a educação como:
- a) Técnica e produtivista
- b) Baseada apenas na cognição
- c) Processo coletivo, inclusivo e dialógico
- d) Isenta de contexto sociocultural
- 3. Um dos princípios da LBI é:
- a) Escolarização em instituições específicas
- b) Avaliação diferenciada obrigatória
- c) Aprendizagem condicionada ao diagnóstico
- d) Igualdade de oportunidades
- 4. A LIBRAS é classificada como:
- a) Dialeto auxiliar
- b) Língua natural
- c) Sistema simbólico
- d) Código adaptado
- As expressões faciais na LIBRAS têm função:
- a) Puramente estética
- b) Artística e teatral
- c) Gramatical e semântica
- d) Tradicional e cultural
- **6.** A formação do intérprete exige:
- a) Ensino Médio com foco técnico
- b) Capacitação em línguas latinas
- c) Fluência em LIBRAS e Língua Portuguesa
- d) Certificação em psicopedagogia
- 7. O Decreto nº 5.626/2005 assegura:
- a) Ensino bilíngue apenas no Ensino Médio
- b) Atendimento em LIBRAS em instituições de ensino
- c) Afastamento de professores ouvintes das turmas de surdos
- d) Avaliações orais em Libras como padrão nacional
- 8. O intérprete pode atuar em quais contextos escolares?
- a) Somente em atividades extracurriculares
- b) Apenas em aulas de inclusão
- c) Em todas as situações pedagógicas e institucionais
- d) Exclusivamente nas disciplinas de humanidades

- 9. A mediação entre aluno surdo e colegas deve ocorrer:
- a) Quando solicitado pela direção
- b) Apenas em avaliações
- c) Constantemente, promovendo interação social
- d) De forma indireta, por bilhetes e avisos
- 10. A Convenção da ONU (2006) reforça:
- a) A centralização curricular
- b) A exclusão linguística como prática comum
- c) O direito à acessibilidade e à participação plena
- d) A obrigatoriedade do ensino especial
- **11.** Os temas contemporâneos transversais envolvem:
- a) Tópicos técnicos e isolados
- b) Assuntos irrelevantes no currículo
- c) Dimensões éticas, sociais, ambientais e culturais
- d) Conteúdos puramente instrumentais
- **12.** A atuação do intérprete é norteada por:
- a) Conhecimento pedagógico especializado
- b) Neutralidade e fidelidade comunicativa
- c) Substituição do professor
- d) Adaptação livre do currículo
- 13. Um dos pilares da Educação Bilíngue é:
- a) Substituir o português pela Libras
- b) Ensinar Libras como disciplina optativa
- c) Reconhecer Libras como L1 e Português como L2
- d) Promover o oralismo exclusivamente
- **14.** O Decreto nº 5.626/2005 determina:
- a) Extinção das escolas bilíngues
- b) Ensino da Libras nas licenciaturas
- c) Proibição de uso de Libras em sala
- d) Tradução livre de conceitos
- **15.** A Portaria 122/2016 organiza:
- a) O calendário escolar municipal
- b) A avaliação dos intérpretes
- c) A atuação de profissionais de apoio à inclusão
- d) A criação de disciplinas novas
- **16.** A ética do intérprete implica:
- a) Discrição, sigilo e neutralidade
- b) Julgamento moral sobre o conteúdo
- c) Tradução adaptada ao seu ponto de vista
- d) Participação em avaliações de desempenho

- **17.** A interdisciplinaridade exige que o intérprete:
- a) Transcreva conteúdos para o português
- b) Atue apenas na área de humanas
- c) Compreenda e medie conteúdos de diferentes áreas
- d) Traduza apenas o conteúdo da apostila
- 18. Um dos objetivos da inclusão é:
- a) Identificar alunos com dificuldades
- b) Corrigir comportamentos atípicos
- c) Promover autonomia e participação
- d) Aplicar provas diferenciadas a todos
- 19. O uso de tecnologias na educação deve:
- a) Favorecer apenas os alunos ouvintes
- b) Substituir os professores
- c) Estimular autonomia, criatividade e acessibilidade
- d) Reduzir o conteúdo pedagógico
- **20.** A atuação em ambientes escolares exige do intérprete:
- a) Formação em áreas exatas
- b) Participação passiva nas aulas
- c) Planejamento conjunto com professores
- d) Observação apenas das falas do professor

GABARITO:

1-B 2-C 3-D 4-B 5-C 6-C 7-B 8-C 9-C 10-C 11-C 12-B 13-C 14-B 15-C 16-A 17-C 18-C 19-C 20-C

- 1. O intérprete educacional deve conhecer:
- a) Apenas a gramática normativa da língua portuguesa
- b) A estrutura da LIBRAS e os princípios da educação inclusiva
- c) Apenas o conteúdo das disciplinas exatas
- d) Leis trabalhistas e tributárias
- 2. A função de mediação do intérprete educacional tem como foco:
- a) Traduzir informalmente o conteúdo
- b) Assumir a liderança pedagógica
- c) Garantir comunicação acessível e inclusiva
- d) Avaliar os estudantes com deficiência
- 3. A proposta bilíngue considera o português como:
- a) Primeira língua dos surdos
- b) Modalidade oral dominante
- c) Segunda língua, ensinada de forma escrita
- d) Única forma de comunicação válida
- 4. A atuação ética do intérprete exige que:
- a) Ele altere o conteúdo conforme achar melhor
- b) Seja imparcial e preserve a confidencialidade
- c) Avalie o desempenho dos alunos
- d) Atue apenas em eventos
- **5.** A LIBRAS é usada principalmente por:
- a) Pessoas cegas
- b) Pessoas com deficiência intelectual
- c) Pessoas surdas e surdocegas
- d) Idosos
- **6.** A atuação do intérprete deve priorizar:
- a) O domínio de termos técnicos apenas
- b) A adaptação de provas
- c) A neutralidade na mediação
- d) A intervenção pedagógica
- 7. O Decreto nº 5.626/2005 trata de:
- a) Financiamento educacional
- b) Currículo escolar
- c) Ensino de LIBRAS e atendimento aos surdos
- d) Transporte escolar gratuito
- 8. A Proposta Curricular de Florianópolis orienta para:
- a) Exclusão das línguas visuais
- b) Ensino tradicional e conteudista
- c) Educação inclusiva e acessível
- d) Ensino remoto obrigatório

- 9. A atuação do intérprete em eventos escolares:
- a) É proibida
- b) Deve ocorrer apenas quando houver convite
- c) É parte de sua função, garantindo acessibilidade
- d) Só é válida na educação infantil
- 10. A inclusão do aluno surdo depende de:
- a) Boas intenções dos colegas
- b) Esforco individual
- c) Presença de intérpretes e ambiente acessível
- d) Aulas de reforço em português
- **11.** A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece:
- a) Segregação como forma de garantir a equidade
- b) Autonomia, igualdade e participação social
- c) Educação separada para todos os deficientes
- d) Prioridade da oralização em todos os contextos
- 12. O intérprete deve adaptar sua atuação com base:
- a) Nas preferências do professor regente
- b) No conteúdo da disciplina
- c) Na fluência e necessidade comunicativa do aluno
- d) Nas exigências da banca examinadora
- **13.** A LIBRAS utiliza qual recurso linguístico para expressar perguntas e sentimentos?
- a) Entonação vocal
- b) Gestos aleatórios
- c) Expressões faciais e corporais
- d) Ênfase escrita
- **14.** Os temas transversais no currículo contribuem para:
- a) Fragmentação do ensino
- b) Repetição de conteúdo
- c) Formação integral e crítica dos estudantes
- d) Exclusão de temas polêmicos
- **15.** A ética do intérprete o impede de:
- a) Apoiar o estudante fora da sala
- b) Adaptar o vocabulário de sinais
- c) Julgar o conteúdo da aula durante a interpretação
- d) Utilizar material visual de apoio
- **16.** Os classificadores na LIBRAS são usados para:
- a) Substituir palavras da língua portuguesa
- b) Representar categorias gramaticais
- c) Representar formas, tamanhos e movimentos
- d) Corrigir expressões faciais

- **17.** A atuação do intérprete deve estar alinhada:
- a) À legislação e às diretrizes da educação inclusiva
- b) Ao desejo dos alunos ouvintes
- c) Às propostas das escolas particulares
- d) Aos materiais estrangeiros importados
- **18.** O Decreto nº 5.626/2005 determina que o intérprete:
- a) Corrija os conteúdos das aulas
- b) Atue apenas em eventos de Libras
- c) Traduza e interprete fielmente em contextos educacionais
- d) Seja responsável por aplicar provas
- 19. As barreiras linguísticas enfrentadas por estudantes surdos podem ser superadas com:
- a) Aulas expositivas em português
- b) Ensino apenas em língua oral
- c) Apoio de intérpretes qualificados e recursos em LIBRAS
- d) Treinamento dos próprios alunos
- **20.** O intérprete deve participar do planejamento pedagógico:
- a) Apenas se solicitado pela direção
- b) Nunca, por ser função do professor
- c) Sim, colaborando para garantir a acessibilidade
- d) Somente em reuniões administrativas

GABARITO COMPLETO

1-B 2-C 3-C 4-B 5-C 6-C 7-C 8-C 9-C 10-C 11-B 12-C 13-C 14-C 15-C 16-C 17-A 18-C 19-C 20-C

Simulado 4 – Professor Auxiliar Intérprete Educacional

- 1. A principal barreira enfrentada por intérpretes educacionais nas escolas é:
- a) Falta de dicionários em LIBRAS
- b) Falta de recursos visuais
- c) Falta de compreensão sobre seu papel
- d) Falta de quadros brancos
- 2. A Portaria nº 122/2016 da SME de Florianópolis trata da:
- a) Organização das turmas multisseriadas
- b) Lotação dos profissionais de apoio à inclusão
- c) Proibição de intérpretes nas escolas
- d) Extinção da sala de recursos
- 3. O intérprete deve atuar com:
- a) Autoridade sobre o conteúdo
- b) Independência total do corpo docente
- c) Imparcialidade e respeito à ética
- d) Controle pedagógico dos alunos
- 4. A LIBRAS é uma língua:
- a) Oral-auditiva
- b) Visual-tátil
- c) Gramaticalmente portuguesa
- d) Baseada em mímica improvisada
- 5. A atuação do intérprete está fundamentada em:
- a) Diretrizes de ensino religioso
- b) Práticas clínicas
- c) Princípios de acessibilidade e inclusão
- d) Estratégias de ensino técnico
- **6.** O Decreto nº 5.626/2005 estabelece a obrigatoriedade de:
- a) Substituição dos professores por intérpretes
- b) Interpretação em LIBRAS em eventos culturais
- c) Ensino de LIBRAS nos cursos de licenciatura
- d) Exclusividade de LIBRAS nas salas de aula
- 7. O intérprete educacional não pode:
- a) Auxiliar no acesso à informação
- b) Corrigir respostas do aluno
- c) Atuar em eventos pedagógicos
- d) Participar de forma ética do ambiente escolar
- 8. Uma prática condizente com a inclusão de estudantes surdos é:
- a) O ensino apenas oral
- b) A exclusão da LIBRAS
- c) A presença de intérpretes qualificados
- d) A criação de grupos separados

- **9.** A ética do intérprete exige:
- a) Influenciar as falas do professor
- b) Criar sinais novos sem autorização
- c) Sigilo e neutralidade
- d) Aconselhamento pedagógico ao estudante
- **10.** A primeira língua no modelo bilíngue de educação para surdos é:
- a) Português oral
- b) Inglês instrumental
- c) LIBRAS
- d) Braille
- 11. Expressões faciais na LIBRAS têm função:
- a) Estética
- b) Gramatical
- c) Informal
- d) Decorativa
- 12. O intérprete deve participar de:
- a) Avaliações pedagógicas em grupo
- b) Momentos em que sua atuação é solicitada, respeitando o sigilo
- c) Coordenação pedagógica das aulas
- d) Aplicação das provas
- 13. A LIBRAS foi reconhecida como meio legal de comunicação por qual lei?
- a) Lei nº 8.112/1990
- b) Lei nº 9.394/1996
- c) Lei nº 10.436/2002
- d) Lei nº 13.005/2014
- **14.** A educação bilíngue respeita:
- a) A oralização obrigatória
- b) O português como única língua
- c) A LIBRAS como língua de instrução
- d) A exclusão de materiais visuais
- 15. A Proposta Curricular de Florianópolis:
- a) Não menciona inclusão
- b) Prioriza escolas especializadas
- c) Defende práticas inclusivas e pluralidade
- d) Reforça a separação de turmas
- **16.** O uso de tecnologias pelo intérprete pode:
- a) Atrapalhar a concentração
- b) Ser irrelevante para a prática
- c) Ampliar a acessibilidade
- d) Substituir o contato humano

- **17.** No processo interdisciplinar, o intérprete deve:
- a) Isolar-se das discussões pedagógicas
- b) Ignorar o conteúdo das disciplinas
- c) Compreender contextos diversos para mediação eficaz
- d) Traduzir apenas o conteúdo técnico
- 18. A participação do intérprete nas reuniões pedagógicas:
- a) É vedada
- b) É necessária quando envolve planejamento inclusivo
- c) Ocorre apenas no ensino superior
- d) Depende de aprovação da família
- **19.** O intérprete atua para:
- a) Substituir o professor
- b) Assumir a regência da turma
- c) Viabilizar a comunicação
- d) Avaliar o rendimento escolar
- **20.** O termo "educação inclusiva" implica:
- a) Ensino uniforme para todos
- b) Práticas de segregação
- c) Reconhecimento da diversidade e direito à participação
- d) Redução de conteúdos curriculares

📝 GABARITO – Simulado 4

1-C 2-B 3-C 4-B 5-C 6-C 7-B 8-C 9-C 10-C 11-B 12-B 13-C 14-C 15-C 16-C 17-C 18-B 19-C 20-C

Simulado 5 – Professor Auxiliar Intérprete Educacional

- 1. O papel do intérprete não inclui:
- a) Interpretação fiel do conteúdo
- b) Avaliação de desempenho do estudante
- c) Mediação comunicativa
- d) Atuação com ética e sigilo
- 2. A Lei Brasileira de Inclusão considera discriminação:
- a) Separar os estudantes por grau de deficiência
- b) Oferecer material de apoio
- c) Atender às necessidades específicas
- d) Incluir Libras como disciplina eletiva
- 3. Um dos pilares da educação inclusiva é:
- a) Separação de alunos por deficiência
- b) Ensino técnico especializado
- c) Acolhimento da diversidade
- d) Avaliação padronizada
- 4. O código de ética do intérprete garante:
- a) Avaliação conjunta com o professor
- b) Intervenção pedagógica planejada
- c) Sigilo, fidelidade e postura imparcial
- d) Formação de opinião sobre o conteúdo
- **5.** A LIBRAS pode ser considerada:
- a) Um recurso pedagógico visual
- b) Um sistema de gestos informais
- c) Uma linguagem auxiliar
- d) Uma língua natural com gramática própria
- **6.** A BNCC trata a inclusão como:
- a) Um obstáculo à prática docente
- b) Um conteúdo isolado
- c) Um direito de todos e dever da escola
- d) Tema exclusivo de educação especial
- 7. A Convenção da ONU tem valor constitucional no Brasil por meio do:
- a) Decreto nº 6.949/2009
- b) Decreto nº 5.154/2004
- c) Decreto nº 8.905/2016
- d) Decreto nº 7.612/2011
- 8. O profissional intérprete deve ser capacitado em:
- a) Linguística e fonética
- b) Gramática normativa
- c) LIBRAS e ética profissional
- d) Educação artística

- **9.** O uso de classificadores em LIBRAS permite:
- a) Repetição de sinais
- b) Representação espacial e descritiva
- c) Correção de erros linguísticos
- d) Tradução simultânea oral
- 10. É papel do intérprete na inclusão escolar:
- a) Atuar em salas separadas
- b) Corrigir o aluno quando este responde errado
- c) Garantir o direito à comunicação
- d) Representar os pais nas reuniões
- **11.** O intérprete pode atuar em atividades como:
- a) Apenas aulas formais
- b) Eventos, reuniões e práticas pedagógicas
- c) Atividades internas da secretaria
- d) Direção administrativa
- **12.** A educação bilíngue para surdos reconhece:
- a) A LIBRAS como segunda língua
- b) A língua portuguesa oral como prioritária
- c) A LIBRAS como primeira língua de instrução
- d) O inglês como suporte educacional
- **13.** A ética profissional exige que o intérprete:
- a) Sugira mudanças no conteúdo
- b) Decida qual conteúdo deve ser interpretado
- c) Siga fielmente o discurso original
- d) Seja responsável pelo planejamento pedagógico
- 14. O acesso à comunicação na escola é garantido por:
- a) Tradutores de texto
- b) Aplicativos de fala
- c) Intérpretes de Libras e recursos visuais
- d) Professores bilíngues em todas as turmas
- **15.** O uso do espaço na LIBRAS serve para:
- a) Evitar ruídos externos
- b) Ajudar na leitura labial
- c) Estabelecer relações gramaticais
- d) Reforçar a oralidade
- **16.** A Portaria nº 122/2016 também orienta sobre:
- a) Calendário escolar
- b) Atuação dos profissionais de apoio em salas regulares
- c) Avaliação de desempenho docente
- d) Critérios de promoção

- **17.** Para garantir inclusão, o intérprete deve:
- a) Repetir sinais com gestos dramáticos
- b) Ignorar as expressões faciais
- c) Interpretar considerando o nível de fluência do aluno
- d) Inventar novos sinais para facilitar
- 18. O vocabulário técnico em LIBRAS deve ser:
- a) Substituído por gestos simples
- b) Construído de forma padronizada e contextual
- c) Traduzido livremente
- d) Ignorado em provas
- 19. O planejamento pedagógico acessível deve envolver:
- a) Apenas a equipe diretiva
- b) Apenas os professores de apoio
- c) Todos os profissionais envolvidos, incluindo intérpretes
- d) Exclusivamente os estudantes
- **20.** O intérprete atua como elo entre:
- a) Professores e direção
- b) Família e secretaria escolar
- c) Estudante surdo e ambiente escolar
- d) Coordenação e comunidade externa

GABARITO – Simulado 5

1-B 2-A 3-C 4-C 5-D 6-C 7-A 8-C 9-B 10-C 11-B 12-C 13-C 14-C 15-C 16-B 17-C 18-B 19-C 20-C

Simulado 6 – Professor Auxiliar Intérprete Educacional

- 1. Segundo o Decreto nº 5.626/2005, a atuação do intérprete educacional deve ocorrer:
- a) Apenas na educação superior
- b) Exclusivamente em salas de recurso
- c) Em todos os níveis e modalidades de ensino
- d) Somente em disciplinas de Libras
- 2. O Código de Ética dos Intérpretes de LIBRAS preconiza:
- a) A liberdade de adaptar o conteúdo conforme a situação
- b) A fidelidade, sigilo e respeito ao contexto
- c) A supervisão do conteúdo pedagógico
- d) A correção da postura do professor
- **3.** A Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis defende:
- a) Ensino voltado à avaliação padronizada
- b) Acesso igualitário e valorização da diversidade
- c) Fragmentação das práticas inclusivas
- d) Separação entre alunos com e sem deficiência
- 4. As expressões faciais na LIBRAS funcionam como:
- a) Elementos decorativos
- b) Sinais de emoção
- c) Marcadores gramaticais
- d) Apoios para leitura labial
- 5. A atuação do intérprete em reuniões pedagógicas deve ocorrer:
- a) Somente quando solicitado pelo professor
- b) Sempre que estiver em pauta a inclusão de alunos surdos
- c) Em substituição ao gestor escolar
- d) Apenas em reuniões administrativas
- 6. A LIBRAS é estruturada com base em:
- a) Regras da gramática portuguesa
- b) Gestos livres sem padrão
- c) Parâmetros linguísticos próprios
- d) Códigos visuais internacionais
- **7.** A Lei nº 10.436/2002:
- a) Define a LIBRAS como linguagem gestual informal
- b) Reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação
- c) Torna a LIBRAS obrigatória em todos os cursos superiores
- d) Elimina a necessidade de intérprete em escolas inclusivas
- 8. Um dos objetivos do intérprete educacional é:
- a) Assumir tarefas pedagógicas do professor
- b) Avaliar o desempenho do estudante surdo
- c) Garantir o acesso pleno à comunicação
- d) Corrigir materiais de ensino

- **9.** O uso de classificadores na LIBRAS permite:
- a) Criar sinais fonéticos
- b) Expressar estruturas visuais e espaciais
- c) Representar regras gramaticais do português
- d) Traduzir de forma literal qualquer termo
- **10.** O planejamento pedagógico acessível deve:
- a) Focar apenas em alunos sem deficiência
- b) Excluir termos técnicos
- c) Considerar a mediação do intérprete
- d) Restringir o uso de imagens
- 11. A atuação do intérprete em atividades extracurriculares é:
- a) Vedada por lei
- b) Opcional conforme interesse
- c) Essencial para garantir continuidade da inclusão
- d) Inadequada em contextos informais
- **12.** As barreiras comunicacionais ocorrem quando:
- a) O ambiente é barulhento
- b) Não há tecnologia suficiente
- c) Falta acessibilidade linguística e intérpretes
- d) O conteúdo é difícil
- **13.** A ética profissional exige que o intérprete:
- a) Interrompa a aula para corrigir erros
- b) Participe de todas as avaliações
- c) Siga fielmente o discurso, mantendo confidencialidade
- d) Dê opinião sobre o conteúdo
- 14. Os temas transversais são:
- a) Assuntos opcionais no currículo
- b) Temas de projetos artísticos
- c) Questões sociais que devem estar em todas as disciplinas
- d) Parte do currículo de educação especial
- **15.** O uso de tecnologias na educação inclusiva pode:
- a) Complicar a comunicação
- b) Substituir o papel do intérprete
- c) Facilitar o acesso à informação em LIBRAS
- d) Ser proibido em sala
- **16.** O papel do intérprete nas provas é:
- a) Avaliar as respostas do estudante
- b) Traduzir enunciados com fidelidade e clareza
- c) Corrigir questões difíceis
- d) Sugerir alternativas corretas

- **17.** A LIBRAS é regulamentada no Brasil por meio de:
- a) Lei nº 8.069/1990
- b) Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005
- c) Lei nº 11.645/2008
- d) Decreto nº 9.057/2017
- **18.** A identidade surda é caracterizada por:
- a) Deficiência comunicacional
- b) Pertencimento a uma comunidade linguística e cultural
- c) Isolamento social
- d) Rejeição à inclusão
- 19. Um dos elementos que mais impactam a inclusão escolar é:
- a) A quantidade de alunos
- b) A pontuação nas avaliações
- c) A presença de intérprete e equipe inclusiva capacitada
- d) A estrutura do pátio
- **20.** O intérprete deve adaptar a LIBRAS:
- a) Ao vocabulário do professor
- b) À linguagem informal dos estudantes
- c) Ao nível de fluência do aluno
- d) À norma culta da língua portuguesa

📝 GABARITO – Simulado 6

1-C 2-B 3-B 4-C 5-B 6-C 7-B 8-C 9-B 10-C 11-C 12-C 13-C 14-C 15-C 16-B 17-B 18-B 19-C 20-C

Simulado 7 – Professor Auxiliar Intérprete Educacional

- 1. A atuação do intérprete é considerada adequada quando:
- a) Corrige conteúdos de aula
- b) Participa do planejamento e garante acessibilidade
- c) Substitui o professor em atividades
- d) Define o currículo
- 2. A LIBRAS como primeira língua no ensino bilíngue visa:
- a) Favorecer o oralismo
- b) Reforçar o português falado
- c) Garantir a instrução na língua natural do surdo
- d) Evitar que o aluno se comunique com sinais
- 3. Um princípio da educação inclusiva é:
- a) Ensino fragmentado
- b) Participação equitativa
- c) Atendimento separado
- d) Avaliação uniforme
- **4.** A ética do intérprete impede:
- a) Participação em eventos
- b) Neutralidade na mediação
- c) Interferência no conteúdo
- d) Atuação em sala regular
- 5. O papel do intérprete nas práticas pedagógicas envolve:
- a) Avaliação de provas
- b) Apoio à comunicação entre todos os envolvidos
- c) Substituição do professor
- d) Gestão da disciplina
- 6. A expressão facial na LIBRAS marca:
- a) Emoção do sinalizante
- b) Gramática e sentido
- c) A entonação oral
- d) A força da comunicação
- **7.** A atuação do intérprete deve ser pautada por:
- a) Interesse do aluno
- b) Liberdade para modificar sinais
- c) Compromisso com acessibilidade e neutralidade
- d) Adaptação ao estilo do professor
- 8. A LIBRAS não é:
- a) Uma língua com estrutura própria
- b) Utilizada por pessoas surdas
- c) Expressa por sinais visuais
- d) Um conjunto de gestos espontâneos

- **9.** Os classificadores na LIBRAS servem para:
- a) Classificar tipos de aluno
- b) Reforçar o português escrito
- c) Representar formas, tamanhos e movimentos
- d) Traduzir nomes próprios
- **10.** A atuação do intérprete é importante para:
- a) Garantir o conteúdo visual
- b) Reforçar o ensino oral
- c) Promover segregação
- d) Viabilizar a participação plena do aluno
- 11. O currículo inclusivo deve ser:
- a) Padronizado para todos
- b) Rígido e inflexível
- c) Aberto à diversidade e às adaptações necessárias
- d) Separado para cada deficiência
- **12.** O intérprete atua de forma mais eficaz quando:
- a) Traduz literalmente sem entender o conteúdo
- b) Compreende os objetivos pedagógicos das aulas
- c) Permanece em silêncio na maior parte do tempo
- d) Cria novos sinais para todos os termos
- **13.** O Decreto nº 5.626/2005 determina que o intérprete deve atuar:
- a) Somente em escolas especializadas
- b) Com foco no ensino oral
- c) Em ambientes educacionais, com ética e competência
- d) Em escolas particulares apenas
- **14.** A atuação do intérprete educacional é regulada por:
- a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)
- b) Código Penal
- c) Estatuto da Criança e do Adolescente
- d) Código Civil
- **15.** A proposta bilíngue para surdos prevê:
- a) Oralismo como metodologia principal
- b) Exclusão da Língua Portuguesa
- c) Ensino com LIBRAS como L1 e Português como L2
- d) Supressão da cultura surda
- **16.** O intérprete deve intervir:
- a) Sempre que desejar corrigir algo
- b) Somente quando houver dúvidas sobre o conteúdo
- c) Apenas se necessário para garantir o entendimento
- d) Nos momentos de avaliação

- **17.** A Libras é expressa através de:
- a) Sinais, expressões faciais e uso do espaço
- b) Escrita formal e gestos simples
- c) Áudio e voz
- d) Leitura labial
- 18. O planejamento pedagógico acessível inclui:
- a) Apenas a equipe gestora
- b) Apenas alunos surdos
- c) Todos os profissionais envolvidos, inclusive o intérprete
- d) Exclusivamente o professor regente
- 19. O papel do intérprete na avaliação é:
- a) Redigir as respostas dos alunos
- b) Interpretar fielmente o enunciado, garantindo acesso
- c) Corrigir as provas ao lado do professor
- d) Avaliar os conteúdos ensinados
- 20. A presença do intérprete em sala de aula visa:
- a) Cumprir exigências legais apenas
- b) Facilitar a comunicação e promover inclusão
- c) Assumir funções administrativas
- d) Acompanhar o comportamento do estudante

GABARITO – Simulado 7

1-B 2-C 3-B 4-C 5-B 6-B 7-C 8-D 9-C 10-D 11-C 12-B 13-C 14-A 15-C 16-C 17-A 18-C 19-B 20-B

- 1. A função principal do intérprete educacional é:
- a) Auxiliar na elaboração de avaliações
- b) Promover acessibilidade comunicacional
- c) Substituir o professor regente em sala
- d) Fazer a mediação entre professores e gestores
- 2. A atuação do intérprete deve respeitar:
- a) As diretrizes da escola apenas
- b) As necessidades do aluno e os princípios da ética profissional
- c) As preferências do professor regente
- d) A interpretação livre de conteúdos
- 3. A LIBRAS é caracterizada por ser uma língua:
- a) Com base na estrutura oral
- b) Visual, espacial e com gramática própria
- c) Limitada à expressão corporal
- d) Pautada na leitura labial
- 4. O Código de Ética do Intérprete exige:
- a) Autonomia para adaptar falas
- b) Sugestões pedagógicas ao docente
- c) Neutralidade, fidelidade e sigilo
- d) Participação direta nas avaliações
- **5.** A Lei nº 10.436/2002 trata:
- a) Da organização da educação inclusiva
- b) Do reconhecimento legal da LIBRAS como meio de comunicação
- c) Da proibição de Libras em escolas regulares
- d) Da criação de escolas bilíngues públicas
- 6. O Decreto nº 5.626/2005 determina que:
- a) A LIBRAS é obrigatória apenas no ensino fundamental
- b) Intérpretes devem ser disponibilizados em instituições educacionais
- c) Professores devem ser fluentes em Libras
- d) Todos os alunos devem aprender Libras
- 7. A atuação do intérprete deve ocorrer:
- a) Apenas nas aulas de português
- b) Somente na presença da coordenação
- c) Em todos os contextos educacionais que envolvam comunicação
- d) Apenas durante as avaliações
- **8.** A proposta bilíngue prevê que o surdo:
- a) Utilize a língua oral como base
- b) Aprenda português como L1
- c) Tenha a LIBRAS como primeira língua e o português como segunda
- d) Se comunique apenas por leitura labial

- 9. As expressões faciais na LIBRAS têm função:
- a) Ornamental
- b) Emotiva e gramatical
- c) Complementar apenas
- d) Substituta de sinais

10. A ética profissional inclui:

- a) Sigilo sobre conteúdos e falas
- b) Livre interferência nos discursos
- c) Avaliação do conteúdo pela equipe
- d) Recriação da fala do professor

11. A educação inclusiva deve:

- a) Adaptar o currículo somente para alunos com deficiência auditiva
- b) Priorizar o ensino técnico
- c) Assegurar equidade no acesso e permanência
- d) Ser implantada apenas nas escolas especiais

12. O intérprete deve usar recursos como:

- a) Folhas de avaliação
- b) Aplicativos e tecnologias visuais acessíveis
- c) Questionários de desempenho
- d) Livros didáticos exclusivos

13. O intérprete atua para:

- a) Melhorar o rendimento escolar do aluno
- b) Viabilizar a participação ativa e equitativa
- c) Corrigir os trabalhos escolares
- d) Controlar o comportamento em sala

14. A atuação em reuniões pedagógicas permite que o intérprete:

- a) Interfira na gestão escolar
- b) Participe do planejamento da inclusão
- c) Avalie o desempenho de alunos
- d) Coordene os registros escolares

15. O currículo escolar deve:

- a) Ser padrão e fechado
- b) Ignorar as especificidades dos alunos
- c) Ser flexível e adaptável à diversidade
- d) Ser traduzido apenas pelos professores

16. O uso de classificadores permite:

- a) Representar ideias abstratas
- b) Corrigir erros ortográficos
- c) Reduzir a gramática da LIBRAS
- d) Substituir palavras em português

17. A LIBRAS é utilizada:

- a) Por todos os alunos com deficiência
- b) Somente em escolas especializadas
- c) Por estudantes surdos como principal meio de comunicação
- d) Apenas em situações formais

18. O intérprete não deve:

- a) Sugerir conteúdo ao professor
- b) Garantir a neutralidade
- c) Atuar de forma ética
- d) Participar do ambiente escolar

19. As barreiras atitudinais são:

- a) Barreiras físicas
- b) Barreiras estruturais
- c) Barreiras decorrentes de preconceito e falta de preparo
- d) Barreiras linguísticas da LIBRAS

20. O intérprete deve adaptar sua atuação:

- a) Conforme a vontade da coordenação
- b) De acordo com o cronograma escolar
- c) Com base na fluência e nas necessidades do estudante
- d) Apenas nas provas

1-B 2-B 3-B 4-C 5-B 6-B 7-C 8-C 9-B 10-A 11-C 12-B 13-B 14-B 15-C 16-A 17-C 18-A 19-C 20-C

Simulado 9 – Professor Auxiliar Intérprete Educacional

- 1. O profissional intérprete educacional atua para:
- a) Traduzir conteúdos técnicos apenas
- b) Garantir a acessibilidade comunicacional do estudante surdo
- c) Corrigir respostas em avaliações
- d) Aplicar provas substituindo o professor
- 2. A LIBRAS como primeira língua do aluno surdo implica:
- a) Uso esporádico na escola
- b) Formação de professores bilíngues
- c) Adaptação de currículo e metodologias inclusivas
- d) Abandono do português escrito
- 3. A atuação ética exige:
- a) Avaliar o conteúdo da aula
- b) Opinar durante a interpretação
- c) Respeitar o sigilo e a imparcialidade
- d) Interromper o professor frequentemente
- 4. A educação bilíngue garante:
- a) Aulas orais com reforço
- b) Acesso à instrução em LIBRAS e português como L2
- c) Ensino de língua estrangeira prioritário
- d) Exclusão das tecnologias digitais
- 5. A LIBRAS é composta por:
- a) Sinais gestuais e fala
- b) Escrita visual
- c) Parâmetros linguísticos e uso do espaço
- d) Palavras ditas com as mãos
- 6. A função do intérprete em sala de aula é:
- a) Controlar o comportamento dos estudantes
- b) Mediar a comunicação entre professor e aluno
- c) Substituir as explicações do docente
- d) Responder dúvidas de conteúdo
- 7. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem como base:
- a) A segregação escolar
- b) A padronização dos ensinos
- c) O respeito à autonomia e inclusão
- d) O ensino técnico obrigatório
- 8. Os classificadores da LIBRAS:
- a) São parte da gramática e ajudam a representar objetos e ações
- b) Substituem a linguagem corporal
- c) Repetem os sinais já existentes
- d) Não têm função sintática

- 9. As reuniões pedagógicas são importantes para que:
- a) O intérprete seja supervisionado
- b) O intérprete atue na construção do planejamento inclusivo
- c) Os alunos sejam reavaliados
- d) A coordenação defina metas administrativas
- **10.** A atuação em ambientes inclusivos exige que o intérprete:
- a) Atue sozinho
- b) Mantenha diálogo com a equipe pedagógica
- c) Trabalhe fora do ambiente escolar
- d) Faça traduções escritas
- 11. A BNCC trata a inclusão como:
- a) Uma etapa opcional do processo educacional
- b) Uma barreira ao desenvolvimento pedagógico
- c) Um direito de todos e dever da escola
- d) Um conteúdo específico de educação especial
- **12.** A atuação ética do intérprete requer:
- a) Julgamento das falas do professor
- b) Fidelidade na interpretação e respeito à privacidade
- c) Autonomia para alterar a mensagem original
- d) Inserção de opiniões durante a fala
- **13.** O uso do espaço na LIBRAS permite:
- a) Evitar repetições de sinais
- b) Expressar elementos gramaticais, pessoas e tempo
- c) Traduzir palavras difíceis
- d) Indicar volume da voz
- 14. A identidade surda é reconhecida como:
- a) Falta de habilidade auditiva
- b) Identidade cultural, linguística e social
- c) Carência na aprendizagem oral
- d) Barreiras à educação
- **15.** A atuação do intérprete pode ocorrer:
- a) Apenas em sala de aula
- b) Em todos os ambientes escolares que envolvam comunicação
- c) Em contextos exclusivamente formais
- d) Apenas com autorização dos pais
- **16.** As tecnologias na educação inclusiva têm como função:
- a) Substituir os professores
- b) Reforçar o ensino tradicional
- c) Ampliar a acessibilidade para estudantes com deficiência
- d) Ser usadas apenas fora de sala de aula

- **17.** A legislação brasileira que trata da inclusão e do atendimento educacional especializado é:
- a) LDB Lei nº 9.394/1996
- b) Lei nº 10.436/2002
- c) Lei nº 13.146/2015 LBI
- d) Todas as anteriores
- **18.** A expressão facial em LIBRAS está relacionada:
- a) Apenas à emoção pessoal
- b) A marcações gramaticais e intenção comunicativa
- c) Ao ritmo da fala
- d) À postura corporal
- **19.** A atuação do intérprete deve sempre visar:
- a) O ensino da gramática da LIBRAS
- b) A regência da turma em parceria com o professor
- c) A promoção da participação plena e equitativa do estudante surdo
- d) A organização administrativa da escola
- 20. A Portaria nº 122/2016 da SME/Florianópolis orienta sobre:
- a) Os critérios de seleção para intérpretes
- b) A lotação e atuação dos profissionais de apoio à inclusão
- c) A estrutura das provas de concurso
- d) A formação inicial dos docentes

1-B 2-C 3-C 4-B 5-C 6-B 7-C 8-A 9-B 10-B 11-C 12-B 13-B 14-B 15-B 16-C 17-D 18-B 19-C 20-B

Simulado 10 – Professor Auxiliar Intérprete Educacional

- 1. A principal função do intérprete educacional é:
- a) Avaliar os conteúdos aplicados pelo professor
- b) Realizar mediação pedagógica com autonomia curricular
- c) Assegurar a comunicação entre as partes envolvidas no processo educacional
- d) Traduzir apenas os conteúdos técnicos
- 2. A LIBRAS foi oficialmente reconhecida no Brasil por meio da:
- a) Lei nº 9.394/1996
- b) Lei nº 10.436/2002
- c) Lei nº 13.005/2014
- d) Lei nº 12.796/2013
- 3. O Decreto nº 5.626/2005 estabelece que:
- a) A LIBRAS deve ser ensinada apenas nas escolas especiais
- b) A formação de professores deve incluir LIBRAS
- c) Os alunos surdos devem ser avaliados em braille
- d) As escolas devem manter intérpretes apenas no ensino médio
- 4. A atuação do intérprete deve ser:
- a) Parcial e opinativa
- b) Neutra, ética e fiel à mensagem
- c) Direcionada ao conteúdo emocional
- d) Focada na adequação do conteúdo
- **5.** As expressões faciais e corporais na LIBRAS funcionam como:
- a) Recursos para tornar a aula divertida
- b) Elementos opcionais
- c) Marcadores linguísticos obrigatórios
- d) Tradução direta do português
- 6. A presença do intérprete em sala de aula visa:
- a) Corrigir os estudantes surdos
- b) Promover inclusão e acesso à comunicação
- c) Supervisionar o conteúdo do professor
- d) Agir como monitor disciplinar
- 7. O currículo escolar inclusivo deve:
- a) Reforçar o padrão de ensino tradicional
- b) Ignorar as especificidades de alunos surdos
- c) Estar aberto a adaptações pedagógicas
- d) Ser exclusivamente oral
- 8. O intérprete deve adaptar sua atuação:
- a) Ao conteúdo do livro didático
- b) À expectativa da banca examinadora
- c) À fluência e necessidade de cada aluno
- d) Ao estilo de fala do professor

- 9. A atuação do intérprete nas provas implica:
- a) Corrigir respostas do estudante
- b) Reformular o enunciado
- c) Traduzir com clareza e neutralidade os enunciados
- d) Inserir dicas durante a prova
- 10. A atuação do intérprete é regulada por:
- a) Código Penal
- b) Estatuto da Criança e do Adolescente
- c) Decreto nº 5.626/2005 e o Código de Ética dos Intérpretes
- d) Resolução do MEC sobre ensino médio
- 11. O vocabulário técnico da LIBRAS:
- a) Deve ser evitado em contexto escolar
- b) É inventado pelo intérprete
- c) É desenvolvido em contexto e com base na gramática da língua
- d) Não se aplica à educação básica
- **12.** O intérprete pode atuar:
- a) Apenas em ambientes formais
- b) Apenas no ensino médio
- c) Em todas as modalidades de ensino
- d) Em eventos, mas não em reuniões pedagógicas
- 13. O uso das mãos, do espaço e da expressão facial na LIBRAS:
- a) Tem função decorativa
- b) Reforça a entonação do português
- c) Representa estrutura linguística
- d) É determinado por cada escola
- 14. A identidade surda deve ser reconhecida:
- a) Como limitação auditiva
- b) Como deficiência prioritária
- c) Como pertencimento a uma cultura e comunidade linguística
- d) Como barreira ao ensino tradicional
- **15.** As tecnologias assistivas contribuem para:
- a) Isolar os estudantes com deficiência
- b) Reduzir o conteúdo exigido
- c) Ampliar o acesso e garantir inclusão
- d) Reforçar a oralização compulsória
- **16.** A LBI (Lei Brasileira de Inclusão Lei nº 13.146/2015) garante:
- a) O ensino da LIBRAS como segunda língua
- b) A exclusividade do oralismo
- c) A educação segregada para surdos
- d) O direito à educação e à comunicação acessível

- **17.** O intérprete deve manter sigilo:
- a) Apenas nas provas
- b) Sobre qualquer conteúdo fora da sala
- c) Em relação a todas as situações comunicadas
- d) Quando autorizado pelo aluno
- **18.** A proposta curricular de Florianópolis preconiza:
- a) Ensino padronizado para todos os alunos
- b) Flexibilidade, inclusão e diversidade
- c) Supressão de temas transversais
- d) Centralização no ensino técnico
- **19.** O intérprete pode colaborar com o planejamento pedagógico:
- a) Apenas com autorização judicial
- b) Desde que envolva acessibilidade e inclusão
- c) Quando substitui o professor
- d) Em reuniões administrativas apenas
- **20.** O profissional de apoio à inclusão deve atuar conforme:
- a) Critérios do coordenador
- b) Portaria nº 122/2016 da SME de Florianópolis
- c) Regras da associação de classe
- d) Norma de conduta do sindicato

GABARITO – Simulado 10

1-C 2-B 3-B 4-B 5-C 6-B 7-C 8-C 9-C 10-C 11-C 12-C 13-C 14-C 15-C 16-D 17-C 18-B 19-B 20-B